

Parlamentarismo e monarquia vão a plebiscito em 93

BRASÍLIA — Numa decisão surpreendente, comemorada ruidosamente pelo único monarquista do plenário — o deputado Cunha Bueno (PDS-SP) — e discretamente por centenas de parlamentaristas, a Constituinte marcou para daqui a cinco anos, no dia 7 de setembro de 1993, um plebiscito para decidir se o país continuará a ser uma república ou voltará à monarquia, e também se manterá o presidencialismo adotará ou parlamentarismo como sistema de governo.

A vitória da fusão de emendas, encabeçada por Cunha Bueno e pelo senador José Richa (PMDB-PR), um dos principais defensores do parlamentarismo na Constituinte, por 495 votos a favor, 23 contra e 11 abstenções, foi obtida sem o voto do parlamentar monarquista, que se esqueceu de registrá-lo no painel eletrônico. "É compreensível. Foi a emoção. Afinal, ele é o pai da criança", brincou o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Revanche — Poucos constituintes acreditam que o país passe a ser governado por um monarca a partir de 1993, mas muitos encaram o plebiscito como a revanche dos parlamentaristas, derrotados há dois meses quando o plenário confirmou o presidencialismo.

"Com cinco anos teremos tempo para preparar o povo para o parlamentarismo, que permitirá a entrada do país na modernidade", exultou o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ). "Eu não tinha mais nenhuma esperança", comentou o deputado parlamentarista Antônio Brito (PMDB-RS). "Será incrível se o parlamentarismo vier a ser adotado no Brasil pela mão do Cunha Bueno", completou.

Há quase dois meses, Cunha Bueno propôs a fusão de emendas mas só teve acolhida quando os parlamentaristas perceberam que o plebiscito de 1993 seria uma segunda tentativa para implantar o governo de gabinete. A resistência do relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) foi vencida com os argumentos de parlamentaristas

como Richa, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e o senador José Fogaça (PMDB-RS), e o peso políticos das assinaturas na fusão das emendas. Nada menos de 83 parlamentares apresentaram-se como co-autores da emenda, entre os quais os líderes de quase todos os partidos. Ontem, Cabral deu parecer favorável.

Irritado com a tendência do plenário a favor do plebiscito, o deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ), ao discursar no encaminhamento da votação contra a emenda, disse da tribuna: "O que era uma brincadeira está virando agora uma coisa séria, graças ao nosso futuro marquez Cunha Bueno". Recebeu uma sonora vaia de seus colegas.

A Constituinte não aprovou, porém, três outras emendas propondo a realização de plebiscitos sobre o conjunto do texto da Constituição, para confirmá-la ou não.

Novo Andrada, velha História

Quando o painel eletrônico anunciou a vitória da emenda que marcou plebiscito para definir a forma e o sistema de governo, o deputado Bonifácio de Andrada comentou: "Que coincidência. 1993 é o ano do centenário da revolta da Armada, liderada por Saldanha da Gama, a favor da Monarquia e contra a República." Vendo a poucos metros um assessor parlamentar da Marinha, puxou-o pelo braço e perguntou: "Qual foi o fato mais importante de 1893?" O oficial, perplexo, não soube responder. Bonifácio explicou: "A revolta da Armada, que só foi sufocada graças ao apoio dos navios norte-americanos à República de Floriano. Um fato muito escondido na História do Brasil."

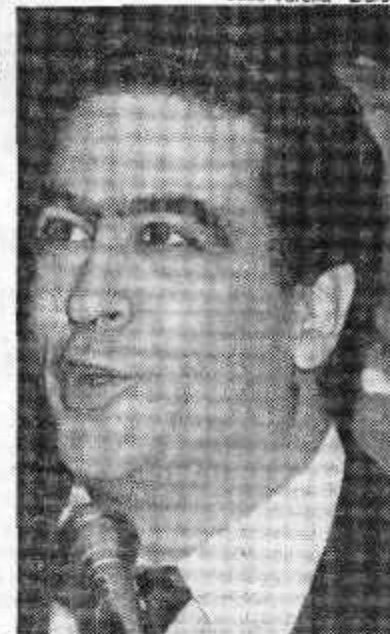
Cunha Bueno Sem medo de ser o bobo da corte

Para a esquerda, ele argumentou que o plebiscito sobre a forma de governo seria uma oportunidade única para se discutir amplamente o Brasil. Aos parlamentaristas, lembrou que seria a ocasião para a vingança, depois da derrota diante dos presidencialistas e das pressões do Planalto. Aos presidencialistas, justificou que seria uma medida de equidade, já que estes propõem o plebiscito se o parlamentarismo tivesse sido aprovado.

Assim, o deputado Cunha Bueno (PDS-SP) conseguiu a maior proeza individual da Constituinte: aprovar sua emenda — ridicularizada desde o começo — que determina a promoção de um plebiscito, a 7 de setembro de 1993, sobre o regime que o país deve ter: república ou monarquia?

"Trabalhando muito". Esta era a resposta do parlamentar a quem queria saber como ele conseguira a proeza. E lembrava que havia sido muito ridicularizado. "Quando apresentei em plenário a emenda, que era uma emenda popular, com 45 mil assinaturas, alguém gritou lá do fundo: E quem vai ser o bobo da corte?"

A comemoração da vitória consistiu num almoço em casa, com a



Bueno: trabalhando muito

mulher Maria Carolina, filha do falecido senador Nilo Coelho. Cunha comeu *arombadinho*, prato típico do sertão pernambucano (uma camada de carne de sol, outra de feijão verde, uma de farinha e outra de cebola).

Malufista ortodoxo — foi secretário da Cultura de Paulo Maluf e seu eleitor no colégio eleitoral —, Cunha Bueno dizia que o ex-governador foi quem avalizou a candidatura de Tancredo Neves à presidência da República. E acrescentava: "Foi também Maluf quem garantiu a traição de Sarney, pois, se não fosse candidato, o eleito seria Andreazza, e Sarney estaria até hoje no PDS".

Agora, folga até terça

Votado o mandato do presidente José Sarney, a Constituinte deve entrar em recesso até terça-feira, para retomar as negociações em torno dos itens mais polêmicos do último título da nova Carta, o das Disposições Transitórias. O primeiro ponto a ser discutido: a prorrogação dos atuais mandatos municipais ou a convocação de eleições municipais, este ano, para um mandato de dois anos com direito a reeleição. O recesso foi confirmado ontem pelo líder do PFL, deputado José Lourenço; pelo deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA); e por dois dos negociadores do *Centrão*, os deputados Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) e Basílio Villani (PTB-PR).

Ponte confirmou que a ideia de adoção do mandato-tampão, para prefeitos e

vereadores, tende a crescer entre os constituintes. A medida permitiria que, em 1990, a sucessão municipal coincidissem com a escolha dos novos governadores, e que, em 1994, houvesse eleições gerais. Isso, de acordo com o deputado, baratearia os custos das eleições.

Reação — O único ponto delicado nessa questão, disse Ponte, será a reação dos quase 150 parlamentares já candidatos declarados às eleições de novembro. A reação, contudo, poderá não ser tão grande. Candidato à Prefeitura de São Paulo, o deputado Afif Domingos (PL-SP) comentou: "Danço conforme a música. Sou dançarino, não músico. Vamos ver. Se houver mandato-tampão, deve haver o direito de reeleição".

'Gagueira' atrasa votos

BRASÍLIA — Depois da "batalha regimental", os defensores dos quatro anos de mandato para o presidente Sarney acharam uma nova fórmula para obstruir a votação — a "gagueira digital", que consiste em retardar a votação e irritar os adversários fazendo intermináveis filas nos postos avulsos de votação. Alguns levavam até três minutos para digitar seus códigos.

A tática começou a ser utilizada ainda quarta-feira à noite, quando as principais lideranças pelos quatro anos descobriram que o *Centrão* tinham encontrado uma fórmula de tornar a emenda Matheus Iensen "substitutiva" e não "aditiva", o que possibilitaria que fosse apreciada apenas no final de toda a votação das Disposições Transitórias, facilitando a "batalha regimental". Sem ter como jogar a decisão do mandato para o final, os defensores dos quatro anos passaram a atrasar as votações nos postos avulsos.

— Vocês estão obstruindo — acusou o líder do PFL, José Lourenço, dirigindo-se ao líder do PMDB, Mário Covas, no final da sessão.

— Obstruindo, não. Estamos no máximo fazendo uma operação padrão — reagiu Covas, bem-humorado.

Ao longo das votações dos dois primeiros artigos, ontem, a tática foi repetida à exaustão, ao ponto de a votação que definiu a prorrogação da sessão da manhã — como quis o *Centrão*, para apressar a aprovação dos cinco anos — ter levado pouco mais de 30 minutos, quando o normal é no máximo 10 minutos.

Armadilha — "Por pouco, não caímos na nossa própria armadilha. Por sorte, não acabamos mordendo o rabo". O desabafo do secretário-geral do *Centrão*, deputado Basílio Villani (PTB-PR), no plenário da Constituinte, refletia o pânico que tomou conta dos parlamentares do grupo logo de manhã, ao serem informados de que o deputado Ulysses Guimarães resolvera considerar aditiva e não modificativa a emenda do deputado Matheus Iensen, que dava cinco anos para Sarney.

A armadilha havia sido preparada, inadvertidamente pelo próprio grupo

que, ao apresentar sua emenda global a todo projeto da Comissão de Sistematização, não incluía nada sobre o mandato de Sarney e o sistema de governo. Como essa emenda já havia sido aprovada em bloco e não estabelecia nada sobre a duração do mandato, a emenda Iensen deveria ser mesmo considerada aditiva e, portanto, votada só depois de todas as demais emendas e destaques.

O *Centrão* reagiu: reuniram-se num canto do gabinete do líder do PLF, José Lourenço, os deputados Ricardo Fiuza (PFL-PE), José Lins (PFL-CE), Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), Benito Gama (PFL-BA), Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna e o senador Marcondes Gadelha, além do assessor parlamentar do Planalto, Henrique Hargreaves.

"Um pau" — Folheando apressadamente as emendas apresentadas ao título das Disposições Transitórias, logo encontraram uma saída: fundir as emendas dos deputados Basílio Villani (PTB-PR), Matheus Iensen (PMDB-PR) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG). Seria modificativa assim a redação do artigo 3º do emenda do *Centrão*, estabelecendo que o mandato de Sarney terminará a 15 de março de 1990 e que a eleição do seu sucessor será a 15 de novembro de 1989.

Ainda afobados, os líderes do grupo correram para o gabinete de Ulysses para apresentar o documento. Paulo Afonso entrou e voltou pouco depois: "Regimentalmente, não existe problema". Mesmo assim, o grupo só se tranquilizou quando Villani conseguiu falar com Ulysses e saiu com a informação de que a fusão de emendas estava mesmo aceita. Pouco depois, no plenário, Fiuza distribuía cópias xerox da nova emenda. O *Centrão* começava a se acalmar e só-se irritava com a obstrução feita pelos liderados do senador Mário Covas. Hargreaves, discreto, negou que tivesse havido pânico entre o *Centrão*. No entanto, Fiuza comentou apenas: "Meu irmão, foi um pau..."

Carta vai mudar em 5 anos

A nova Constituição será revista cinco anos após a sua promulgação, de acordo com decisão tomada pelo plenário da Constituinte por 327 votos a favor, 165 contra e 18 abstenções. O Congresso Nacional, em sessão unicameral — Câmara dos Deputados e Senado juntos —, promoverá as reformulações que julgar indispensáveis na nova Carta, por maioria absoluta (metade mais um) dos votos de seus membros.

Em outros países, como em Portugal, a revisão após cinco anos também foi adotada como uma forma de evitar o envelhecimento precoce da constituição. O plenário resolveu acolher a emenda do deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) e do senador Ronan Tito (PMDB-MG)

depois que foi marcado para 1993 o plebiscito para decidir sobre a monarquia e a república, e o parlamentarismo e o presidencialismo. Caso o sistema de gabinete seja escolhido pelos eleitores, argumentou Joaquim Bevilacqua, será necessário introduzir amplas modificações no texto constitucional atualmente em discussão, que é presidencialista.

Fora do período de revisão constitucional marcado para 1993, a Constituição só pode ser emendada com os votos de dois terços da Câmara e do Senado, em sessões separadas — um quórum tão alto que impede alterações, como ocorreu com a emenda Dante de Oliveira, que convocava eleições presidenciais diretas para 1984.



Robertão (E), Fiuza, Gadelha, Lourenço e Derzi: reação